Para além da propaganda: ativistas de diversos países se unem na Cúpula Finanças em Comum para denunciar danos socioambientais dos bancos públicos de desenvolvimento

Cartagena (Colômbia), 4 de setembro de 2023 - Enquanto os maiores bancos de desenvolvimento do mundo se reúnem na 'Cúpula Finanças em Comum' (FICS) em Cartagena (Colômbia) para celebrarem todo o bem que supostamente fazem no mundo, um grupo de mais de 35 ativistas da sociedade civil de 20 países, compareceu no evento para denunciar como estas instituições agravam problemas que deveriam ajudar a resolver.

Os bancos públicos de desenvolvimento (BPDs), como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, são atores poderosos na economia global. Nas cúpulas anuais da FICS, estes e outros bancos, apresentam-se como campeões na luta contra as mudanças climáticas e como os principais impulsionadores do desenvolvimento sustentável. Para além da propaganda, os fatos demonstram uma outra realidade.

Na Argentina, a Corporação Financeira Internacional (IFC), braço do grupo Banco Mundial voltado para o setor privado, está financiando a mina de lítio Sal da vida. Em nome da transição para energias renováveis, este projecto está prestes a deslocar povos indígenas, gerar outros conflitos sociais e devastar um frágil ecossistema já ameaçado por outras atividades de exploração mineral. Nada disso é novo, a mineradora por trás do Sal de Vida, tem um histórico de violações dos direitos humanos, o que foi simplesmente ignorado pela IFC Ao invés de salvaguardar os direitos das comunidades afetadas, as autoridades locais e a polícia estão do lado da empresa. Ou seja, aqueles que tentam defender seus direitos são criminalizados e suas famílias ameaçadas.

"As mesmas empresas multinacionais que poluíram e violaram os direitos humanos na América Latina estão agora obtendo financiamentos de bancos públicos de desenvolvimento para projetos de transição energética. Um exemplo é o desenvolvimento da indústria do hidrogênio verde no Chile, que acarreta um alto risco ambiental e social", afirma Maia Seeger, diretora de Sustentarse, e que contribuiu para o relatório "Desmistificando o Financiamento do Desenvolvimento".

Este novo relatório, com contribuições de mais de 100 ativistas do Sul Global e especialistas da sociedade civil, expõe como, em nome do desenvolvimento, os BPD estão agravando situações de violação dos direitos humanos, destruição da biodiversidade, desigualdade socioeconômica e agravamento do endividamento. Através de uma série de estudos de caso ilustrativos, contendo dados e análises das principais tendências, o relatório mostra como os bancos apoiam projetos e políticas que prejudicam não apenas vidas humanas, mas toda biodiversidade global.

"Na Libéria, a IFC concedeu um empréstimo de 10 milhões de dólares à Salala Rubber Corporation, ignorando seu histórico de violações de direitos humanos. A borracha vendida aos Estados Unidos e à Europa não trouxe nenhum benefício à comunidade indígena local. Pelo contrário, este investimento conduziu a abusos graves, incluindo violência contra mulheres.. A empresa se apropriou e destruiu terras, água, recursos naturais e locais sagrados da comunidade. As forças de segurança públicas e privadas atacaram a população local. Isto não é desenvolvimento", afirma John Brownell, da Green Advocates International.

Alguns dos impactos – como as violações sofridas por estas comunidades na Libéria – são mais visíveis, enquanto outros permanecem invisibilizados, mesmo que sejam igualmente devastadores. Tal como exposto no relatório, os BPDs são responsáveis pela crescente crise da dívida e pela erosão dos serviços públicos em muitos países do Sul Global.

No Quénia, a privatização do setor da saúde, promovida pelos BPDs como solução para modernizar o setor e torná-lo mais eficiente, aumentou os custos para os pacientes em 53% entre 2013 e 2018. Durante a pandemia, Moçambique foi forçado a cortar serviços sociais e a proteção dos trabalhadores como pré-condição para receber apoio financeiro dos bancos. Os BPDs também contribuíram para o aumento no preço dos alimentos em 2022, apoiando reformas agrárias orientadas pelo mercado, promovendo a desregulamentação financeira e a abertura dos setores agrícolas nacionais ao agronegócio internacional, prejudicando assim agricultores locais e a soberania alimentar.

“No Brasil, grandes empreendimentos como hidrelétricas, corredores logísticos para a exportação de grãos do agronegócio na Amazônia e parques eólicos no Nordeste, têm sido incentivados por bancos públicos como o BID, CAF, Novo Banco de Desenvolvimento (Banco dos BRICS) e o BNDES. A história se repete, agora como farsa, em nome de uma transição verde da economia, direitos humanos e ambientais seguem sendo violados”, denunciou Daniel Faggiano, Diretor Executivo do Instituto Maira.

"Os bancos de desenvolvimento defendem que desempenhem um papel ainda maior na economia global. Mas serão eles realmente adequados ao seu propósito? Infelizmente, as histórias de comunidades de todo o mundo mostram que os bancos de desenvolvimento não estão abordando as verdadeiras causas dos problemas que alegam resolver. Temos que responsabilizá-los por isso", reiterou Ivahanna Larrosa, Coordenadora Regional para a América Latina da Coalizão pelos Direitos Humanos no Desenvolvimento.

Contatos de mídia

Em Cartagena, podemos organizar entrevistas em inglês, espanhol ou francês com líderes comunitários diretamente afetados por projetos de desenvolvimento financiados por bancos e especialistas da sociedade civil de: Ásia e Cáucaso (Índia, Filipinas, Geórgia), África (Senegal, Uganda, Quênia, Libéria), América Latina (Colômbia, Argentina, Peru, Chile, Brasil, México, Equador, El Salvador).

Para marcar entrevistas, entre em contato com a equipe de comunicação da Coalizão pelos Direitos Humanos no Desenvolvimento:

- Lorena Cotza (lcotza@rightsindevelopment.org) - +39 3285761056
- Bárbara González (bgonzalez@rightsindevelopment.org) - +52 8119022701

Fotos disponíveis nesta pasta, mais imagens disponíveis mediante solicitação.

Sobre o relatório

“Desmistificando o Financiamento do Desenvolvimento” foi escrito coletivamente por mais de 100 ativistas da sociedade civil de todo o mundo. O relatório completo e o resumo estão disponíveis para download aqui.

Sobre a Coalizão pelos Direitos Humanos no Desenvolvimento

A Coalizão para os Direitos Humanos no Desenvolvimento é uma rede global de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e grupos de base que trabalham em conjunto para garantir que o desenvolvimento seja voltado e liderado por comunidades e que sejam respeitados, protegidos e cumpridos os direitos humanos. Para isso, é necessário que as comunidades tenham a informação, o poder e os recursos para determinar os seus próprios caminhos e prioridades de desenvolvimento e que sejam responsabilizados as instituições financeiras de desenvolvimento, os governos e outros intervenientes pelos seus impactos nas pessoas e no planeta.